

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR

## Termo de Referência 24/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2026	987517-PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR	PAULO SERGIO DA SILVA	11/02/2026 13:05 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		002/2026

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

## MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Pregão Eletrônico / Registro de Preços

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de combustível tipo óleo diesel B-S10 Aditivado, para abastecimento diário de veículos e máquinas da frota municipal de Congonhinhas, com fornecimento de tanque e bomba de combustível em regime de comodato., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Óleo Diesel B S-10 Aditivado. Óleo diesel, uso: automotivo, apresentação: com biodiesel.	14222	Litro	150.000	6,10	915.000,00

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, uma vez que o combustível tipo óleo diesel B-S10 aditivado, bem como o fornecimento de tanque e bomba de combustível em regime de comodato, possuem especificações usuais de mercado, amplamente padronizadas e

regulamentadas por normas técnicas e legais, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, permitindo a definição objetiva do objeto e a comparação direta entre as propostas, sem necessidade de soluções técnicas personalizadas.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.4.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Publicação do Extrato do Contrato, na forma do artigo 105 e nos termos do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares. (Item 3).

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares. (Item 7).

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 O combustível fornecido deverá atender às especificações técnicas e ambientais estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, especialmente quanto ao teor máximo de enxofre do óleo diesel B-S10, contribuindo para a redução da emissão de poluentes atmosféricos.

4.1.2 O tanque e a bomba de combustível fornecidos em regime de comodato deverão estar em conformidade com as normas técnicas e ambientais vigentes, observando boas práticas de armazenamento, segurança operacional e prevenção de vazamentos, de modo a evitar riscos de contaminação do solo e do meio ambiente.

4.1.3 A contratada deverá adotar procedimentos adequados de controle, manutenção e operação dos equipamentos fornecidos, visando à eficiência no abastecimento, à redução de desperdícios e ao uso racional de recursos, em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões de que o objeto trata de fornecimento comum, de natureza contínua, com entrega e pagamento vinculados ao consumo efetivo, sem complexidade técnica relevante e com baixo risco de inadimplemento contratual, além de se tratar de contratação por meio de Sistema de Registro de Preços, no qual não há obrigação imediata de contratação, sendo suficientes os demais mecanismos de controle, fiscalização e penalidades previstos no instrumento convocatório e na legislação vigente.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do(a) emissão da Nota de Empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Pátio Rodoviário Rua Manoel Antônio de Paiva, S/N.

#### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### Execução do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021. Cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

#### Impedimentos e paralisações

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

#### Comunicações

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

#### Convocação de representante

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### Acompanhamento da execução

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, ou pelos respectivos substitutos indicados pela administração, pela fiscal de contrato Sra. Lucinei Vernier de Macedo nomeada sob a portaria nº 116/2022

#### Fiscalização Administrativa

##### Verificação das condições da contratada

6.6. A fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

##### Descumprimento das obrigações contratuais

6.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

##### Responsabilidade do contratado

6.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. Na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

#### Gestor do Contrato

##### Atribuições do gestor

6.9. Cabe ao gestor do contrato: Sr. Paulo Sergio da Silva Secretário Municipal de Obras e Viação e Gestor da Secretária Municipal de Obras e Viação

6.9.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.2. Acompanhar os registros realizados pela fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.9.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados total ou parcialmente com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.10.1. o prazo de validade;
- 8.10.2. a data da emissão;
- 8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.10.5. o valor a pagar; e
- 8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### Reajuste

8.25. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura da ATA.

8.26. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.27. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.28. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.29. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.30. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.31. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.32. O reajuste será realizado por aditivo.

## **9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por ITEM.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da

União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{Ativo Circulante}$$

9.23. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. Fornecimento de materiais semelhantes ao objeto da contratação.

9.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 915.000,00, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1. acima.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

242 3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 00000 RECURSOS LI-VRES

242 3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 00504 OUTROS RO-YALTIES E

242 3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 00510 TAXAS EXERCI-CIO PODER DE

242 3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 00511 TAXAS - PRES-TAÇÃO DE SERVIÇOS

242 3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 00512 CIDE (LEI 10886/04, ART. 1ºB)

242 3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 01065 Transferências da União Referentes às

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Congonhinhas, 28 de janeiro de 2026

## **13. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PAULO SERGIO DA SILVA**

Secretário Municipal de Obras e Viação



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO**

#### **Justificativa Não Participação Cooperativas e Emp. Estrangeiras**

A presente contratação, realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, tem por objeto a aquisição eventual de combustível tipo óleo diesel B-S10 aditivado, destinado ao abastecimento diário dos veículos e máquinas da frota municipal de Congonhinhas, com fornecimento de tanque e bomba de combustível em regime de comodato. Trata-se de fornecimento essencial e de caráter contínuo, indispensável à manutenção das atividades administrativas, operacionais e de prestação de serviços públicos do Município.

Diante da natureza do objeto, justifica-se a adoção de restrições quanto à participação de empresas estrangeiras e cooperativas, pelos fundamentos a seguir expostos:

#### **1. Segurança Jurídica e Conformidade Regulatória**

O fornecimento de combustível exige o estrito cumprimento da legislação regulatória nacional, especialmente das normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, que estabelecem padrões de qualidade, especificações técnicas, controle, rastreabilidade e regularidade das operações de comercialização de combustíveis no território nacional.

A participação de empresas estrangeiras sem sede, filial ou representação legal permanente no País poderia dificultar o cumprimento integral dessas exigências, bem como das obrigações fiscais, ambientais e contratuais, gerando riscos à execução contratual e insegurança jurídica para a Administração.

#### **2. Proteção do Interesse Público e Continuidade do Abastecimento**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

### SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

O combustível objeto desta contratação é insumo essencial para o funcionamento contínuo da frota municipal, não sendo admissíveis interrupções no fornecimento que comprometam a execução dos serviços públicos.

A eventual participação de empresas estrangeiras poderia acarretar entraves logísticos, tais como operações de importação, prazos de transporte e variações cambiais, incompatíveis com a necessidade de fornecimento imediato e reposição contínua prevista no Sistema de Registro de Preços.

A restrição assegura que os fornecedores estejam estabelecidos no território nacional e sujeitos à jurisdição brasileira, garantindo maior confiabilidade, previsibilidade e continuidade do abastecimento.

### 3. Incompatibilidade das Cooperativas com o Objeto Licitado

O objeto envolve fornecimento contínuo de combustível em escala comercial, aliado à disponibilização, instalação e manutenção de tanque e bomba de combustível em regime de comodato, exigindo estrutura técnica, logística e operacional própria, regularidade de estoque e responsabilidade direta do fornecedor.

Tais requisitos, em regra, não se mostram compatíveis com a natureza associativa das cooperativas, podendo comprometer a execução contratual e a regularidade do abastecimento da frota municipal.

Além disso, o regime jurídico-tributário diferenciado aplicável às cooperativas pode ocasionar desequilíbrio concorrencial, configurando vantagem competitiva indevida em relação às empresas comerciais, em afronta ao princípio da isonomia, previsto no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

O Tribunal de Contas da União admite a vedação à participação de cooperativas quando evidenciada a incompatibilidade técnica e operacional com o objeto licitado, situação verificada no presente caso.





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO**

#### **4. Observância aos Princípios da Administração Pública**

As restrições adotadas encontram respaldo nos princípios da legalidade, eficiência, isonomia, vantajosidade e continuidade do serviço público, previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021, visando à mitigação de riscos de desabastecimento, descumprimento contratual e prejuízos à execução dos serviços públicos.

Diante do exposto, a vedação à participação de empresas estrangeiras e cooperativas revela-se medida proporcional, necessária e devidamente motivada, assegurando que apenas fornecedores estabelecidos no território nacional, com capacidade técnica, operacional e responsabilidade regulatória compatíveis com o objeto, participem do certame.

Tal medida garante a adequada execução contratual, a continuidade do abastecimento da frota municipal e a proteção do interesse público.

Paulo Sergio da Silva  
**Secretário Municipal de Obras e Viação**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR

**Estudo Técnico Preliminar 19/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 002/2026

**2. Objeto**

Registro de preços para eventual aquisição de combustível tipo óleo diesel B-S10 Aditivado, para abastecimento diário de veículos e máquinas da frota municipal de Congonhinhas, com fornecimento de tanque e bomba de combustível em regime de comodato.

**3. Descrição da necessidade**

A necessidade que originou esta demanda está relacionada ao abastecimento adequado da frota de veículos que utiliza óleo diesel para a condução das atividades institucionais. Essa necessidade está estritamente vinculada ao interesse público, pois o regular funcionamento dos veículos é fundamental para a execução eficiente dos serviços prestados à sociedade pela instituição, incluindo o deslocamento para atendimento de demandas operacionais, logísticas e emergenciais. A indisponibilidade do combustível comprometeria a continuidade e a qualidade dos serviços públicos oferecidos, impactando diretamente no alcance dos objetivos institucionais e no atendimento às demandas da população.

**Necessidades Identificadas**

- Abastecimento regular da frota de veículos automotivos que operam com óleo diesel.
- Manutenção do funcionamento das atividades institucionais que dependem do transporte automotivo.
- Garantia do atendimento contínuo de demandas operacionais que utilizam veículos movidos a diesel.

**Demandas Geradas**

Item	Descrição do Produto
1	Óleo Diesel B S-10 Aditivado, uso automotivo, apresentação com biodiesel

**Relação com o Interesse Público**

O atendimento da necessidade identificada contribui diretamente para a continuidade e eficiência dos serviços públicos, refletindo na qualidade do atendimento ao cidadão e na realização dos objetivos

institucionais. Dessa forma, a disponibilização do óleo diesel S-10 aditivado para a frota institucional é de essencial interesse público, uma vez que possibilita a execução dos trabalhos e o atendimento das demandas da sociedade de forma ininterrupta e qualificada.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Obras e Viação	Paulo Sergio da Silva

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para garantir o atendimento adequado à necessidade de abastecimento da frota de veículos que utiliza óleo diesel no exercício das atividades institucionais, é fundamental estabelecer requisitos objetivos, claros e alinhados ao interesse público, conforme estabelecido pelos dispositivos legais mencionados. Abaixo, apresentam-se os requisitos necessários para o atendimento desta demanda, bem como os normativos aplicáveis e práticas recomendadas de sustentabilidade.

Requisitos essenciais para o atendimento da necessidade

- Especificação do Produto: Óleo Diesel B S-10 aditivado, destinado especificamente ao uso automotivo, contendo biodiesel conforme exigência legal vigente.
- Qualidade e Conformidade Normativa: O produto deve atender integralmente aos padrões de qualidade definidos pelas normas da *Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)*, especialmente a Resolução ANP nº 50/2013 e suas atualizações, que estabelecem as especificações do óleo diesel automotivo comercializado em território nacional.
- Rastreabilidade e Procedência: O produto deve ter procedência idônea, rastreável, e possuir documentação hábil que assegure o cumprimento de todas as exigências legais e normativas (inclusive fiscal, ambiental e de transporte) pertinentes à comercialização e fornecimento de combustíveis.
- Entrega e Disponibilidade: A quantidade, o local de entrega e a frequência de abastecimento devem permitir o abastecimento regular e contínuo da frota, sem interrupções nas atividades institucionais, zelando pela eficiência operacional e continuidade dos serviços.
- Certificação e Testes: O combustível deverá possuir laudo ou certificado de qualidade, emitido por laboratório acreditado, comprovando atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos pela ANP no momento da entrega.
- Garantia de Atendimento Contínuo: O fornecimento deve assegurar a disponibilidade ininterrupta do produto durante o período necessário, evitando quaisquer riscos de desabastecimento que possam comprometer os serviços institucionais.
- Manuseio e Armazenamento Seguro: Devem ser observadas as normas referentes a transporte, manuseio e armazenamento seguro do combustível, em conformidade com a legislação ambiental e de segurança aplicável.

Normativos que disciplinam o objeto

Normativo	Abrangência
Lei nº 14.133/2021	Estabelece normas para licitações e contratos da administração pública.

Resolução ANP nº 50/2013	Dispõe sobre as especificações do óleo diesel comercializado no Brasil.
Portaria ANP nº 143/2020	Regulamenta os controles, comercialização e fornecimento de combustíveis.
Normas Ambientais (CONAMA, IBAMA e estaduais/municipais)	Determina diretrizes para proteção ambiental referentes à manipulação e armazenamento de combustíveis.
Normas do INMETRO	Especificam procedimentos de aferição e verificação volumétrica dos combustíveis.

#### Práticas de sustentabilidade (dimensões ambiental, social e econômica)

- Ambiental: Utilização de óleo diesel S-10 aditivado, que reduz emissões de poluentes atmosféricos, atendendo à legislação vigente sobre controle ambiental. Incentivo à logística reversa de recipientes e resíduos, além de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.
- Social: Atendimento regular e seguro da frota institucional, possibilitando maior eficácia no serviço público prestado à sociedade. Exigência de respeito às normas de saúde e segurança do trabalho por parte dos fornecedores e empregados envolvidos no fornecimento.
- Econômica: Contratação (ou atendimento) pautada por critérios de economicidade, eficiência na gestão dos recursos públicos e observância à ampla competitividade, evitando requisitos e especificações excessivamente restritivas.

#### Resumo dos principais requisitos

Requisito	Descrição Objetiva
Tipo de Combustível	Óleo Diesel B S-10 aditivado com biodiesel, uso automotivo, conforme especificação da ANP.
Conformidade Normativa	Atender plenamente as normativas da ANP, legislação ambiental e de saúde e segurança.
Certificação de Qualidade	Necessária apresentação de laudo emitido por laboratório acreditado comprovando conformidade.
Segurança na Manipulação /Armazenamento	Adotar medidas de segurança ambientais, sanitárias e de saúde no transporte e armazenamento do produto.
Abastecimento Regular	Garantia de fornecimento contínuo e compatível com a necessidade institucional, evitando desabastecimento.

Desta forma, a definição dos requisitos deve primar pelo equilíbrio entre a adequada especificação do produto, a observância das normas regulatórias e legais, a garantia da eficiência na prestação do serviço público e a promoção de práticas sustentáveis, em consonância com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e da legislação aplicável.

## **6. Levantamento de Mercado**

O levantamento de mercado para a presente contratação foi realizado com base nos dados oficiais do Levantamento de Preços dos Combustíveis divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, adotando-se como referência a média dos preços praticados no Estado do Paraná, por se tratar de fonte pública, oficial, atualizada periodicamente e amplamente reconhecida como parâmetro idôneo para aferição dos valores praticados no mercado de combustíveis.

A utilização da média estadual da tabela da ANP mostra-se adequada e proporcional à natureza do objeto, uma vez que o óleo diesel B-S10 aditivado possui especificações técnicas padronizadas, reguladas nacionalmente e ampla comercialização, não havendo variações técnicas relevantes entre fornecedores que justifiquem metodologias distintas de pesquisa de preços.

Ressalta-se que os dados divulgados pela ANP refletem preços efetivamente praticados pelos postos revendedores, com metodologia transparente e recorte regional, o que assegura maior aderência à realidade de mercado do Estado do Paraná e reduz o risco de fixação de valores inexequíveis ou desconectados do mercado local.

Ademais, a adoção dessa referência está em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração Pública à utilização de fontes oficiais, confiáveis e verificáveis para a estimativa de preços, bem como com os entendimentos consolidados dos órgãos de controle para contratações de combustíveis.

Dessa forma, a escolha da média de preços praticados no Estado do Paraná, conforme tabela da ANP, assegura isonomia entre os licitantes, transparência do procedimento e maior segurança jurídica na formação do preço estimado da contratação.

O levantamento de mercado para a presente contratação foi realizado com base nos dados oficiais do Levantamento de Preços dos Combustíveis divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, adotando-se como referência a média dos preços praticados no Estado do Paraná, por se tratar de fonte pública, oficial, atualizada periodicamente e amplamente reconhecida como parâmetro idôneo para aferição dos valores praticados no mercado de combustíveis.

A utilização da média estadual da tabela da ANP mostra-se adequada e proporcional à natureza do objeto, uma vez que o óleo diesel B-S10 aditivado possui especificações técnicas padronizadas, reguladas nacionalmente e ampla comercialização, não havendo variações técnicas relevantes entre fornecedores que justifiquem metodologias distintas de pesquisa de preços.

Ressalta-se que os dados divulgados pela ANP refletem preços efetivamente praticados pelos postos revendedores, com metodologia transparente e recorte regional, o que assegura maior aderência à realidade de mercado do Estado do Paraná e reduz o risco de fixação de valores inexequíveis ou desconectados do mercado local.

Ademais, a adoção dessa referência está em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração Pública à utilização de fontes oficiais, confiáveis e verificáveis para a

estimativa de preços, bem como com os entendimentos consolidados dos órgãos de controle para contratações de combustíveis.

Dessa forma, a escolha da média de preços praticados no Estado do Paraná, conforme tabela da ANP, assegura isonomia entre os licitantes, transparência do procedimento e maior segurança jurídica na formação do preço estimado da contratação.

## **7. Descrição da solução como um todo**

A solução escolhida para o atendimento da necessidade de abastecimento da frota institucional é a contratação de fornecimento regular de Óleo Diesel B S-10 aditivado, com biodiesel, entregue diretamente em tanque próprio da instituição por meio de caminhão-tanque especializado, utilizando o sistema de registro de preços. A adoção do registro de preços permite maior flexibilidade, planejamento e economicidade, garantindo o atendimento contínuo das demandas institucionais, conforme os requisitos legais, regulatórios e de sustentabilidade, além de alinhar-se ao interesse público e às necessidades operacionais da entidade.

### **Descrição da Solução Escolhida**

A alternativa envolve a contratação, por meio de registro de preços, de fornecedor autorizado para entrega periódica de Óleo Diesel B S-10 aditivado, contendo biodiesel conforme exigência legal vigente. O fornecimento ocorre diretamente no tanque de armazenamento da própria instituição, localizado nas dependências do órgão, por meio de caminhão-tanque homologado, seguindo todos os parâmetros de segurança, medições volumétricas e rastreabilidade do produto. O registro de preços possibilita a realização de múltiplas aquisições conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de contratação imediata de todo o volume estimado, otimizando a gestão de estoques e recursos.

- Produto fornecido: Óleo Diesel B S-10 aditivado, para uso automotivo, contendo a adição de biodiesel, conforme as especificações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
- Forma de entrega: Abastecimento direto no tanque da instituição, em local adequado, garantindo condições de segurança ambiental e operacional.
- Periodicidade: O fornecimento será realizado de modo regular e programado, conforme as necessidades institucionais, evitando riscos de desabastecimento e assegurando a continuidade das operações.
- Certificação e rastreabilidade: Todos os lotes do combustível entregue contarão com laudos de certificação, emitidos por laboratórios acreditados, comprovando a conformidade do produto com as normas da ANP e ambientais vigentes.
- Conformidade normativa: O contrato observará integralmente as normas e requisitos legais aplicáveis, em especial a Lei nº 14.133/2021, Resolução ANP nº 50/2013, Portaria ANP nº 143/2020, regulamentações dos órgãos ambientais (CONAMA, IBAMA, estaduais e municipais), além das normas técnicas do INMETRO.
- Procedimento de contratação: Utilização do registro de preços, que permite a contratação conforme demanda, com maior flexibilidade, transparência e possibilidade de adesão por outros órgãos, se necessário.

### **Como a Solução Atende às Necessidades Identificadas**

A escolha desta modalidade, associada ao registro de preços, supera as alternativas disponíveis ao cumprir, de modo mais eficaz, seguro e flexível, todas as necessidades essenciais especificadas para o funcionamento adequado da frota e a manutenção da qualidade dos serviços públicos realizados pela instituição.

Necessidade Identificada	Atendimento pela Solução Escolhida
Abastecimento regular da frota de veículos a diesel	Entrega programada e contínua do combustível diretamente no local de uso, com flexibilidade de aquisição conforme demanda, garantindo disponibilidade plena para a frota, sem interrupções.
Manutenção do funcionamento das atividades institucionais e operacionais	Eliminação do risco de desabastecimento, assegurando que todos os serviços prestados pelo órgão à sociedade sejam realizados de forma eficiente e ininterrupta.
Garantia de qualidade, conformidade normativa e segurança	Controle rígido de qualidade, exigência de certificação por laboratório acreditado e rastreabilidade total do combustível abastecido nos veículos institucionais.
Eficiência econômica e gestão de estoques	Facilidade de negociação de preços pelo volume consolidado, melhor controle interno de estoques, transparência na gestão dos recursos públicos e flexibilidade de contratação conforme a real necessidade, proporcionada pelo registro de preços.
Adoção de práticas sustentáveis	Redução de emissões poluentes pela utilização de diesel S-10 aditivado com biodiesel. Cumprimento das obrigações ambientais quanto ao transporte, armazenamento e logística reversa de resíduos.

#### Vantagens da Solução em Relação às Necessidades

- Eficiência operacional: O abastecimento planejado elimina paradas não programadas e aumenta a autonomia logística da frota.
- Controle e segurança: Monitoramento direto da qualidade e da origem do produto; redução de riscos legais e ambientais pelo cumprimento estrito das normas.
- Flexibilidade na gestão de volumes: Possibilidade de ajustar os quantitativos à demanda institucional, evitando estoques desnecessários ou insuficientes, com a facilidade do registro de preços.
- Sustentabilidade: Atende às dimensões ambiental, social e econômica previstas na legislação e nas melhores práticas de contratação pública.
- Transparência e rastreabilidade: Toda a cadeia de fornecimento é documentada e auditável, apoiando o controle interno e externo.

- Vantagens do registro de preços: Permite contratações conforme a necessidade, facilita o planejamento orçamentário, amplia a competitividade e pode ser utilizado por outros órgãos, promovendo economicidade e eficiência.

Resumo de Como a Solução Atende aos Requisitos Específicos

Requisito	Cumprimento pela Solução
Especificação do Produto	Diesel B S-10 aditivado com biodiesel, conforme ANP
Conformidade Normativa	Integral atendimento às normas da ANP, ambientais e de saúde
Certificação de Qualidade	Entrega acompanhada por laudo técnico emitido por laboratório acreditado
Segurança no Manuseio /Armazenamento	Processos normatizados para garantir segurança e proteção ambiental
Abastecimento Regular	Entrega programada conforme as necessidades operacionais do órgão, com flexibilidade de contratação via registro de preços

Portanto, a contratação escolhida, por meio de registro de preços, proporciona a melhor relação entre eficiência, segurança, sustentabilidade e conformidade legal, atendendo de maneira abrangente e qualificada as demandas institucionais relativas ao abastecimento da frota com óleo diesel S-10 aditivado, essencial para a execução ininterrupta dos serviços públicos e o atendimento ao interesse coletivo.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no histórico de consumo verificado nos últimos dois anos pelo Município, considerando os registros efetivos de abastecimento da frota municipal. Tal metodologia permite projetar a demanda de forma mais fidedigna à realidade operacional, reduzindo riscos de superdimensionamento ou desabastecimento, assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais executados pelos diversos setores da Administração Municipal.

Ano	Consumo Médio Mensal	Consumo Anual
2024	14.083	168.996
2025	9.166	109.992



## Quantidade a Contratar

Item	Descrição	Catmat	Unid.	Quant.
1	Óleo Diesel B S-10 Aditivado. Óleo diesel, uso: automotivo, apresentação: com biodiesel.	14222	Litro	150.000

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 915.000,00

O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 915.000,00 (novecentos e quinze mil reais)

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando as informações detalhadas sobre o objeto da contratação e os dispositivos legais aplicáveis, é necessário avaliar se o parcelamento é possível e recomendável no caso do fornecimento de Óleo Diesel B S-10 aditivado ao órgão, analisando a divisibilidade do objeto e os critérios técnicos e de mercado.

### Análise da Possibilidade de Parcelamento da Contratação

De acordo com o inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o inciso IV do art. 7 da Instrução Normativa nº 40/2020, a Administração deve avaliar, durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), se o objeto da contratação é passível de parcelamento, visando à ampliação da competitividade, à obtenção de melhores vantagens para o interesse público e à adequação às peculiaridades técnicas e de mercado.

### Análise de Divisibilidade do Objeto

No presente caso, o objeto está claramente descrito como fornecimento de Óleo Diesel B S-10 aditivado, com biodiesel, para o abastecimento da frota institucional. Trata-se de produto com especificação única, definido em norma da ANP, não existindo previsão de fornecimento em diferentes tipos, lotes, qualidades, apresentações, volumes mínimos diferenciados por tipo, ou grupos distintos de itens correlatos.

- **Unicidade e Especificidade:** O óleo diesel mencionado possui especificação normativa única e objetiva, não admitindo subdivisões técnicas de itens para fins de contratação.
- **Peculiaridade de Comercialização:** O mercado de combustíveis opera a partir de contratos únicos por produto e local de entrega, uma vez que há necessidade de homogeneidade e rastreamento em lote, controle tributário e ambiental, além de exigência de veículos-tanque homologados em cada entrega.
- **Risco na divisão:** O fracionamento da contratação de um produto homogêneo como o diesel S-10 aditivado poderia criar sobreposição de rotas logísticas, maior movimentação de fornecedores distintos no mesmo local e dificultar o controle operacional, contratual e ambiental, sem gerar ganho de economicidade ou vantagem para a Administração.

### Justificativa Técnica para o Parcelamento (ou Não Parcelamento)

Considerando as características técnicas do óleo diesel, bem como o padrão comercial e a dinâmica de fornecimento desse insumo no mercado, o objeto é considerado indivisível para fins de contratação.

Diante da análise técnica, regulatória e comercial, não é cabível o parcelamento do objeto desta contratação. O fornecimento de Óleo Diesel B S-10 aditivado, nas condições e especificações apresentadas, constitui item único e indivisível, devendo a contratação se dar sob forma global para todo o quantitativo estimado, conforme a demanda do órgão durante a vigência do contrato (registro de preços). Tal decisão está fundamentada na natureza homogênea do produto, nas exigências normativas vigentes e nas práticas mercadológicas observadas para combustíveis automotivos.

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Atualmente, encontra-se vigente contrato administrativo cujo objeto contempla o fornecimento de combustível para atendimento da frota municipal. Entretanto, o saldo contratual encontra-se em fase de esgotamento, não sendo suficiente para suprir a demanda futura da Administração. Assim, a realização da presente contratação torna-se necessária para assegurar a continuidade do abastecimento dos veículos e máquinas da frota municipal, evitando a interrupção de serviços públicos essenciais e prejuízos à execução das atividades administrativas e operacionais.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A presente contratação encontra-se alinhada aos instrumentos de planejamento da Administração Municipal, uma vez que visa assegurar a continuidade do abastecimento da frota utilizada na execução das atividades administrativas e operacionais dos diversos setores do Município. A demanda decorre de necessidade recorrente e essencial ao funcionamento da máquina pública, estando compatível com o planejamento das ações institucionais e com a previsão orçamentária vigente, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação pretendida possibilitará a continuidade do abastecimento da frota municipal, garantindo a regular execução dos serviços públicos essenciais e evitando a paralisação das atividades administrativas e operacionais. A adoção do Sistema de Registro de Preços confere maior flexibilidade à Administração, permitindo contratações conforme a demanda efetiva, com melhor controle dos gastos públicos. Ademais, o fornecimento de tanque e bomba de combustível em regime de comodato contribui para a eficiência logística, redução de custos operacionais e maior controle do consumo, promovendo economicidade, segurança no abastecimento e otimização da gestão da frota municipal.

## **14. Providências a serem Adotadas**

Para viabilizar a contratação pretendida, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas: elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência; realização de pesquisa de preços conforme a legislação vigente; verificação da disponibilidade orçamentária; definição da modalidade e do critério de julgamento; e adoção das medidas necessárias à condução

do processo licitatório, incluindo a observância das normas ambientais, de segurança e de controle do abastecimento. Tais providências visam assegurar a regularidade do certame, a economicidade da contratação e a adequada execução do objeto.

## **15. Possíveis Impactos Ambientais**

A contratação envolve o armazenamento e o consumo de combustível, atividade que pode gerar impactos ambientais potenciais, especialmente relacionados ao risco de vazamentos, contaminação do solo e geração de resíduos. Tais impactos, contudo, são mitigáveis mediante a adoção de boas práticas operacionais, incluindo o fornecimento de tanque e bomba de combustível em conformidade com as normas ambientais e de segurança aplicáveis, a correta manutenção dos equipamentos, o controle do abastecimento e a destinação ambientalmente adequada de resíduos. Dessa forma, os impactos ambientais associados à contratação tendem a ser reduzidos e compatíveis com a natureza do objeto, não se configurando impedimento à sua execução.

## **16. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **16.1. Justificativa da Viabilidade**

Sim, a contratação é viável, pois foi conduzida uma análise criteriosa dos requisitos técnicos, soluções disponíveis no mercado e estimativas de custos. A solução identificada atende plenamente às necessidades operacionais e estratégicas, garantindo alta disponibilidade dos serviços essenciais. Além disso, a previsão orçamentária confirma a compatibilidade financeira da contratação, assegurando transparência e eficiência no processo de aquisição.

## **17. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PAULO SERGIO DA SILVA**

Secretário Municipal de Obras e Viação

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP  
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA  
LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL  
COMBUSTÍVEL: TODOS  
TIPO RELATÓRIO: CAPITAIS

OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'ÓLEO DIESEL' SE REFERE AO ÓLEO DIESEL B 5500 COMUM.

DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
1/18/2026	1/24/2026	SERGIPE	ARACAJU	ETANOL HIDRATADO	5	R\$/l	4.83	0.061	4.80	4.94	0.013
1/18/2026	1/24/2026	PARA	BELEM	ETANOL HIDRATADO	8	R\$/l	4.76	0.262	4.37	4.99	0.055
1/18/2026	1/24/2026	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	ETANOL HIDRATADO	40	R\$/l	4.68	0.213	4.30	4.89	0.046
1/18/2026	1/24/2026	RORAIMA	BOA VISTA	ETANOL HIDRATADO	7	R\$/l	5.29	0.019	5.29	5.34	0.004
1/18/2026	1/24/2026	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	ETANOL HIDRATADO	22	R\$/l	4.82	0.198	4.47	5.03	0.041
1/18/2026	1/24/2026	MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	ETANOL HIDRATADO	18	R\$/l	4.07	0.097	3.93	4.19	0.024
1/18/2026	1/24/2026	MATO GROSSO	CUIABA	ETANOL HIDRATADO	19	R\$/l	4.63	0.069	4.47	4.69	0.015
1/18/2026	1/24/2026	PARANA	CURITIBA	ETANOL HIDRATADO	41	R\$/l	4.94	0.087	4.65	4.99	0.018
1/18/2026	1/24/2026	SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS	ETANOL HIDRATADO	6	R\$/l	5.19	0.047	5.16	5.29	0.009
1/18/2026	1/24/2026	CEARA	FORTALEZA	ETANOL HIDRATADO	47	R\$/l	4.84	0.200	4.35	5.19	0.041
1/18/2026	1/24/2026	GOIAS	GOIANIA	ETANOL HIDRATADO	43	R\$/l	5.19	0.136	4.65	5.27	0.026
1/18/2026	1/24/2026	PARAIBA	JOAO PESSOA	ETANOL HIDRATADO	14	R\$/l	4.37	0.073	4.29	4.49	0.017
1/18/2026	1/24/2026	ALAGOAS	MACEIO	ETANOL HIDRATADO	15	R\$/l	4.68	0.181	4.39	4.99	0.039
1/18/2026	1/24/2026	AMAZONAS	MANAUS	ETANOL HIDRATADO	31	R\$/l	5.49	0.026	5.47	5.59	0.005
1/18/2026	1/24/2026	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	ETANOL HIDRATADO	17	R\$/l	5.53	0.049	5.44	5.59	0.009
1/18/2026	1/24/2026	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	ETANOL HIDRATADO	27	R\$/l	5.06	0.406	4.49	6.39	0.080
1/18/2026	1/24/2026	RONDONIA	PORTO VELHO	ETANOL HIDRATADO	13	R\$/l	5.50	0.039	5.47	5.59	0.007
1/18/2026	1/24/2026	PERNAMBUCO	RECIFE	ETANOL HIDRATADO	25	R\$/l	4.92	0.110	4.63	4.99	0.022
1/18/2026	1/24/2026	ACRE	RIO BRANCO	ETANOL HIDRATADO	11	R\$/l	5.21	0.056	5.10	5.29	0.011
1/18/2026	1/24/2026	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	ETANOL HIDRATADO	69	R\$/l	4.86	0.225	4.19	5.49	0.046
1/18/2026	1/24/2026	BAHIA	SALVADOR	ETANOL HIDRATADO	19	R\$/l	4.75	0.159	4.59	5.09	0.034
1/18/2026	1/24/2026	MARANHAO	SAO LUIS	ETANOL HIDRATADO	9	R\$/l	4.77	0.161	4.58	4.99	0.034
1/18/2026	1/24/2026	SAO PAULO	SAO PAULO	ETANOL HIDRATADO	209	R\$/l	4.47	0.286	3.89	5.99	0.064
1/18/2026	1/24/2026	PIAUÍ	TERESINA	ETANOL HIDRATADO	27	R\$/l	4.59	0.133	4.34	4.89	0.029
1/18/2026	1/24/2026	ESPIRITO SANTO	VITORIA	ETANOL HIDRATADO	9	R\$/l	4.68	0.180	4.45	4.99	0.038
1/18/2026	1/24/2026	SERGIPE	ARACAJU	GASOLINA ADITIVADA	8	R\$/l	6.72	0.152	6.52	6.91	0.023
1/18/2026	1/24/2026	PARA	BELEM	GASOLINA ADITIVADA	13	R\$/l	6.67	0.281	6.33	7.19	0.042
1/18/2026	1/24/2026	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	GASOLINA ADITIVADA	32	R\$/l	6.52	0.166	6.07	6.79	0.025
1/18/2026	1/24/2026	RORAIMA	BOA VISTA	GASOLINA ADITIVADA	13	R\$/l	7.06	0.025	7.04	7.11	0.003
1/18/2026	1/24/2026	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	GASOLINA ADITIVADA	45	R\$/l	6.54	0.109	6.38	6.95	0.017
1/18/2026	1/24/2026	MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	GASOLINA ADITIVADA	20	R\$/l	6.10	0.191	5.69	6.29	0.031
1/18/2026	1/24/2026	MATO GROSSO	CUIABA	GASOLINA ADITIVADA	6	R\$/l	6.57	0.210	6.23	6.79	0.032
1/18/2026	1/24/2026	PARANA	CURITIBA	GASOLINA ADITIVADA	27	R\$/l	7.14	0.139	6.85	7.39	0.019
1/18/2026	1/24/2026	SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS	GASOLINA ADITIVADA	6	R\$/l	6.95	0.050	6.89	6.99	0.007
1/18/2026	1/24/2026	CEARA	FORTALEZA	GASOLINA ADITIVADA	40	R\$/l	6.38	0.228	6.09	6.89	0.036
1/18/2026	1/24/2026	GOIAS	GOIANIA	GASOLINA ADITIVADA	30	R\$/l	6.76	0.198	6.39	7.04	0.029
1/18/2026	1/24/2026	PARAIBA	JOAO PESSOA	GASOLINA ADITIVADA	11	R\$/l	6.21	0.103	5.98	6.29	0.017
1/18/2026	1/24/2026	ALAGOAS	MACEIO	GASOLINA ADITIVADA	18	R\$/l	6.25	0.291	5.87	6.89	0.047
1/18/2026	1/24/2026	AMAZONAS	MANAUS	GASOLINA ADITIVADA	34	R\$/l	7.03	0.076	6.98	7.19	0.011
1/18/2026	1/24/2026	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	GASOLINA ADITIVADA	16	R\$/l	6.60	0.100	6.44	6.79	0.015
1/18/2026	1/24/2026	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	GASOLINA ADITIVADA	34	R\$/l	6.50	0.278	5.87	6.99	0.043
1/18/2026	1/24/2026	RONDONIA	PORTO VELHO	GASOLINA ADITIVADA	16	R\$/l	7.12	0.257	6.96	8.04	0.036
1/18/2026	1/24/2026	PERNAMBUCO	RECIFE	GASOLINA ADITIVADA	25	R\$/l	6.93	0.121	6.63	7.09	0.017
1/18/2026	1/24/2026	ACRE	RIO BRANCO	GASOLINA ADITIVADA	13	R\$/l	7.32	0.173	6.89	7.45	0.024
1/18/2026	1/24/2026	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	GASOLINA ADITIVADA	77	R\$/l	6.47	0.364	5.69	7.79	0.056
1/18/2026	1/24/2026	BAHIA	SALVADOR	GASOLINA ADITIVADA	25	R\$/l	6.30	0.248	5.89	6.99	0.039
1/18/2026	1/24/2026	MARANHAO	SAO LUIS	GASOLINA ADITIVADA	13	R\$/l	5.82	0.194	5.59	6.19	0.033
1/18/2026	1/24/2026	SAO PAULO	SAO PAULO	GASOLINA ADITIVADA	181	R\$/l	6.51	0.497	5.74	8.99	0.076
1/18/2026	1/24/2026	PIAUÍ	TERESINA	GASOLINA ADITIVADA	26	R\$/l	6.14	0.172	5.85	6.49	0.028
1/18/2026	1/24/2026	ESPIRITO SANTO	VITORIA	GASOLINA ADITIVADA	12	R\$/l	6.28	0.230	5.99	6.64	0.037
1/18/2026	1/24/2026	SERGIPE	ARACAJU	GASOLINA COMUM	9	R\$/l	6.56	0.032	6.52	6.59	0.005
1/18/2026	1/24/2026	PARA	BELEM	GASOLINA COMUM	19	R\$/l	6.18	0.209	5.91	6.39	0.034
1/18/2026	1/24/2026	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	GASOLINA COMUM	40	R\$/l	6.22	0.157	5.98	6.49	0.025
1/18/2026	1/24/2026	RORAIMA	BOA VISTA	GASOLINA COMUM	13	R\$/l	6.95	0.000	6.95	6.95	0.000
1/18/2026	1/24/2026	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	GASOLINA COMUM	49	R\$/l	6.51	0.092	6.15	6.59	0.014
1/18/2026	1/24/2026	MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	GASOLINA COMUM	23	R\$/l	5.89	0.109	5.69	6.08	0.019
1/18/2026	1/24/2026	MATO GROSSO	CUIABA	GASOLINA COMUM	18	R\$/l	6.42	0.084	6.23	6.49	0.013
1/18/2026	1/24/2026	PARANA	CURITIBA	GASOLINA COMUM	48	R\$/l	6.93	0.125	6.39	6.99	0.018
1/18/2026	1/24/2026	SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS	GASOLINA COMUM	8	R\$/l	6.78	0.015	6.75	6.79	0.002
1/18/2026	1/24/2026	CEARA	FORTALEZA	GASOLINA COMUM	44	R\$/l	6.22	0.179	6.06	6.69	0.029
1/18/2026	1/24/2026	GOIAS	GOIANIA	GASOLINA COMUM	44	R\$/l	6.51	0.070	6.29	6.59	0.011
1/18/2026	1/24/2026	PARAIBA	JOAO PESSOA	GASOLINA COMUM	18	R\$/l	5.97	0.053	5.87	6.06	0.009
1/18/2026	1/24/2026	ALAGOAS	MACEIO	GASOLINA COMUM	19	R\$/l	5.81	0.220	5.49	6.29	0.038
1/18/2026	1/24/2026	AMAZONAS	MANAUS	GASOLINA COMUM	39	R\$/l	6.98	0.004	6.97	6.99	0.001
1/18/2026	1/24/2026	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	GASOLINA COMUM	19	R\$/l	6.55	0.056	6.44	6.69	0.009
1/18/2026	1/24/2026	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	GASOLINA COMUM	36	R\$/l	6.30	0.211	5.86	6.69	0.033
1/18/2026	1/24/2026	RONDONIA	PORTO VELHO	GASOLINA COMUM	19	R\$/l	7.03	0.216	6.89	7.89	0.031
1/18/2026	1/24/2026	PERNAMBUCO	RECIFE	GASOLINA COMUM	28	R\$/l	6.73	0.105	6.43	6.79	0.016
1/18/2026	1/24/2026	ACRE	RIO BRANCO	GASOLINA COMUM	13	R\$/l	7.22	0.205	6.79	7.39	0.028
1/18/2026	1/24/2026	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	GASOLINA COMUM	84	R\$/l	6.16	0.294	5.49	7.79	0.048
1/18/2026	1/24/2026	BAHIA	SALVADOR	GASOLINA COMUM	26	R\$/l	6.09	0.213	5.89	6.69	0.035
1/18/2026	1/24/2026	MARANHAO	SAO LUIS	GASOLINA COMUM	21	R\$/l	5.67	0.103	5.55	5.89	0.018
1/18/2026	1/24/2026	SAO PAULO	SAO PAULO	GASOLINA COMUM	208	R\$/l	6.16	0.387	5.39	7.99	0.063
1/18/2026	1/24/2026	PIAUÍ	TERESINA	GASOLINA COMUM	29	R\$/l	5.92	0.083	5.69	6.09	0.014
1/18/2026	1/24/2026	ESPIRITO SANTO	VITORIA	GASOLINA COMUM	12	R\$/l	6.12	0.136	5.99	6.29	0.022
1/18/2026	1/24/2026	SERGIPE	ARACAJU	GLP	5	R\$/13kg	108.92	2.191	105.00	109.90	0.020
1/18/2026	1/24/2026	PARA	BELEM	GLP	25	R\$/13kg	113.87	5.357	104.99	125.00	0.047
1/18/2026	1/24/2026	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	GLP	17	R\$/13kg	109.70	14.681	94.99	145.00	0.134
1/18/2026	1/24/2026	RORAIMA	BOA VISTA	GLP	23	R\$/13kg	141.69	6.574	130.00	156.00	0.046
1/18/2026	1/24/2026	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	GLP	34	R\$/13kg	103.08	6.313	88.99	112.00	0.061
1/18/2026	1/24/2026	MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	GLP	34	R\$/13kg	110.82	10.152	95.00	135.00	0.092
1/18/2026	1/24/2026	MATO GROSSO	CUIABA	GLP	25	R\$/13kg	119.51	8.730	105.00	140.00	0.073
1/18/2026	1/24/2026	PARANA	CURITIBA	GLP	41	R\$/13kg	104.76	5.258	92.00	119.90	0.050
1/18/2026	1/24/2026	SANTA CATARINA	FLORIANOPOLIS	GLP	3	R\$/13kg	133.33	3.786	129.00	136.00	0.028
1/18/2026	1/24/2026	CEARA	FORTALEZA	GLP	16	R\$/13kg	109.99	8.705	99.99	128.00	0.079
1/18/2026	1/24/2026	GOIAS	GOIANIA	GLP	19	R\$/13kg	113.26	5.173	100.00	120.00	0.046
1/18/2026	1/24/2026	ALAGOAS	MACEIO	GLP	25	R\$/13kg	103.99	8.183	84.99	120.00	0.079
1/18/2026	1/24/2026	AMAZONAS	MANAUS	GLP	66	R\$/13kg	125.72	5.319	118.00	143.00	0.042
1/18/2026	1/24/2026	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	GLP	16	R\$/13kg	110.00	9.832	90.00	130.00	0.089
1/18/2026	1/24/2026	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	GLP	15	R\$/13kg	116.72	9.214	100.00	129.90	0.079
1/18/2026	1/24/2026	RONDONIA	PORTO VELHO	GLP	24	R\$/13kg	121.14	6.714	110.00	138.00	0.055
1/18/2026	1/24/2026	PERNAMBUCO	RECIFE	GLP	15	R\$/13kg	95.26	5.430	90.00	110.00	0.057
1/18/2026	1/24/2026	ACRE	RIO BRANCO	GLP	23	R\$/13kg	122.56	6.185	110.00	133.00	0.050
1/18/2026	1/24/2026	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	GLP	25	R\$/13kg	96.51	5.125	89.99	105.00	0.053
1/18/2026	1/24/2026	BAHIA	SALVADOR	GLP	27	R\$/13kg	119.81	7.586	108.00	134.00	0.063
1/18/2026	1/24/2026	MARANHAO	SAO LUIS	GLP	28	R\$/13kg	120.35	3.314	110.00	130.00	0.028
1/18/2026	1/24/2026	SAO PAULO	SAO PAULO	GLP	43	R\$/13kg	113.87	9.315	94.99	139.99	0.082
1/18/2026	1/24/2026	PIAUÍ	TERESINA	GLP	26	R\$/13kg	106.73	3.726	100.00	115.00	0.035
1/18/2026	1/24/2026	ESPIRITO SANTO	VITORIA	GLP	7	R\$/13kg</					

1/18/2026	1/24/2026	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	OLEO DIESEL S10	15	R\$/l	6.38	0.085	6.28	6.59	0.013
1/18/2026	1/24/2026	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	OLEO DIESEL S10	11	R\$/l	6.15	0.221	5.79	6.49	0.036
1/18/2026	1/24/2026	RONDONIA	PORTO VELHO	OLEO DIESEL S10	18	R\$/l	6.44	0.481	5.99	7.89	0.075
1/18/2026	1/24/2026	PERNAMBUCO	RECIFE	OLEO DIESEL S10	11	R\$/l	5.86	0.092	5.77	5.99	0.016
1/18/2026	1/24/2026	ACRE	RIO BRANCO	OLEO DIESEL S10	10	R\$/l	7.37	0.150	6.99	7.54	0.020
1/18/2026	1/24/2026	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	OLEO DIESEL S10	37	R\$/l	6.16	0.235	5.88	6.99	0.038
1/18/2026	1/24/2026	BAHIA	SALVADOR	OLEO DIESEL S10	14	R\$/l	6.14	0.284	5.86	6.79	0.046
1/18/2026	1/24/2026	MARANHAO	SAO LUIS	OLEO DIESEL S10	17	R\$/l	5.86	0.306	5.62	6.92	0.052
1/18/2026	1/24/2026	SAO PAULO	SAO PAULO	OLEO DIESEL S10	114	R\$/l	6.20	0.501	5.61	8.34	0.081
1/18/2026	1/24/2026	PIAUJ	TERESINA	OLEO DIESEL S10	15	R\$/l	6.18	0.291	5.89	6.79	0.047
1/18/2026	1/24/2026	ESPIRITO SANTO	VITORIA	OLEO DIESEL S10	4	R\$/l	6.06	0.222	5.89	6.39	0.037





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO**

#### **Justificativa para as Exigências de Qualificação Técnica**

As exigências de qualificação técnica previstas neste procedimento licitatório têm por finalidade assegurar que a empresa licitante possua aptidão para fornecer combustível tipo óleo diesel B-S10 aditivado, bem como para disponibilizar, instalar, operar e manter tanque e bomba de combustível em regime de comodato, em conformidade com as normas técnicas e ambientais aplicáveis.

Tais exigências são necessárias para garantir a qualidade do combustível fornecido, a segurança no armazenamento e no abastecimento da frota municipal, a continuidade do serviço público e a prevenção de riscos ambientais e operacionais, considerando que o objeto envolve produto inflamável e equipamentos que demandam controle técnico adequado.

Ressalta-se que os requisitos de qualificação técnica são compatíveis com a natureza do objeto, proporcionais e não restritivos à competitividade, limitando-se ao estritamente necessário para comprovação da capacidade técnica do licitante, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, assegurando, assim, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Paulo Sergio da Silva  
**Secretário Municipal de Obras e Viação**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

### SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

#### MATRIZ DE RISCOS

**OBJETO:** Registro de preços para eventual aquisição de combustível tipo óleo diesel B-S10 Aditivado, para abastecimento diário de veículos e máquinas da frota municipal de Congonhinhas, com fornecimento de tanque e bomba de combustível em regime de comodato.

tem	Descrição do Risco	Grau de Risco	Mitigação
1	Atraso no fornecimento do óleo diesel B-S10 aditivado	Alto	Estabelecimento de prazos claros de fornecimento, cláusulas de penalidade por atraso e fiscalização contínua da execução contratual.
2	Fornecimento de combustível em desacordo com as especificações da ANP	Alto	Exigência de atendimento às normas da ANP, fiscalização técnica, coleta de amostras e possibilidade de rejeição imediata do produto.
3	Descontinuidade no abastecimento por falta de estoque da contratada	Alto	Exigência de capacidade operacional mínima, manutenção de estoque regular e possibilidade de contratação de fornecedor remanescente da ata, quando aplicável.
4	Aumento anormal ou injustificado de preços durante a vigência da Ata de Registro de Preços	Médio	Monitoramento contínuo de mercado, observância dos limites legais de reajuste e possibilidade de negociação, revisão ou cancelamento do registro.
5	Problemas de qualidade do combustível (contaminação, adulteração ou fora de especificação)	Alto	Fiscalização no recebimento, exigência de laudos de qualidade, controle de procedência e cláusula de substituição imediata.
6	Erro na estimativa das quantidades a serem consumidas	Médio	Utilização de histórico de consumo, revisão periódica das estimativas e flexibilidade própria do Sistema de Registro de Preços.
7	Descumprimento de obrigações fiscais, trabalhistas ou ambientais pela contratada	Médio	Exigência de regularidade fiscal e trabalhista, verificação periódica da documentação e aplicação de sanções legais.
8	Inexecução parcial ou total do fornecimento contratado	Alto	Aplicação de penalidades previstas em contrato, possibilidade de cancelamento do registro de preços e convocação de fornecedores remanescentes.

#### GRAU DE RISCO

GRAU DE RISCO 1 – BAIXO – ENTRE 1% a 10%

GRAU DE RISCO 2 – MÉDIO – ENTRE 11% A 50%

GRAU DE RISCO 3 – ALTO – ENTRE 51% A 100%

Paulo Sergio da Silva  
Secretário Municipal de Obras e Viação